

# Políticas públicas de desenvolvimento regional em Minas Gerais: o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Consórcio da Zona da Mata e Campos das Vertentes

*Raphael Campana Marinho*

IF Sudeste MG - Campus Muriaé

*André Ferreira*

Universidade Federal Fluminense - UFF

Recebido: 13/07/2017 Versão revisada (entregue): 09/07/2018 Aprovado: 10/07/2018

## Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata e Campos das Vertentes. Ele foi elaborado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, em agosto de 2001, e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Plano foi implantado pelo Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes, composto por 21 municípios com realidades díspares, no que diz respeito ao tamanho, população, caracterização atividade econômica, realidade social etc. No levantamento bibliográfico faz-se uma breve revisão de políticas públicas, além das principais abordagens teóricas sobre desenvolvimento regional. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa foram a análise documental e o levantamento bibliográfico. Os resultados apontam para a não efetivação de diversas ações planejadas, além da centralização de suas ações na cidade de Juiz de Fora e em outros polos regionais, que, por sua vez, contribuíram para reforçar as disparidades intermunicipais. Apesar do Plano ter sido planejado e articulado de forma estruturada, contando com o apoio e incentivo de todas as esferas do governo e também da iniciativa privada, ele não conseguiu amenizar as históricas desigualdades regionais a que se propôs.

**Palavras-chave** | Consórcio intermunicipal; desenvolvimento regional; desigualdades regionais; Minas Gerais; políticas públicas.

**Código JEL** | R58 Z18 Q01

## **PUBLIC POLICIES FOR REGIONAL DEVELOPMENT IN MINAS GERAIS: THE STRATEGIC PLAN FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF ZONA DA MATA AND CAMPO DAS VERTENTES' CONSORTIUM**

### **Abstract**

The objective of this research was to analyze the Strategic Plan for Sustainable Development of Zona da Mata and Campos das Vertentes. Prepared by the Spanish Agency for International Development Cooperation in August of 2001 and financed by the Inter-American Development Bank (IDB). The Plan was implemented by the Intermunicipal Consortium of Zona da Mata and Campos das Vertentes is composed by 21 municipalities with different realities of size, population, economic activity characterization, social reality, etc. In the bibliographic survey a brief review of public policies is made, in addition to the main theoretical approaches to regional development. The technical procedures used in this research were the documentary analysis and the bibliographic survey. The results show that several planned actions were not implemented and that such actions were centralized in the city of Juiz de Fora and other regional poles, which in turn contributed to reinforce the intermunicipal disparities. Although the Plan was thought and articulated in a structured way, counting on the support and encouragement of all government spheres and from private initiative, it was unable to soften the historical regional inequalities that it proposed.

**Keywords** | Intermunicipal consortium; Minas Gerais; public policy; regional development; regional inequalities.

**JEL-Code** | R58 Z18 Q01

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESARROLLO REGIONAL EN MINAS GERAIS: EL PLAN ESTRATÉGICO DE DESARROLLO SOSTENIBLE DE LA ZONA DA MATA Y CAMPOS DAS VERTENTES**

### **Resumen**

Esta investigación tuvo como objetivo analizar el Plan Estratégico de Desarrollo Sostenible de la Zona da Mata y Campos das Vertentes, preparado por la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, en agosto de 2001, y financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). El plan fue implementado por el Consorcio Intermunicipal de la Zona da Mata y Campos das Vertentes, compuesto por 21 municipios con realidades dispares con respecto al tamaño, la población, la caracterización de la actividad económica, la realidad social, etc. La investigación bibliográfica hace una breve revisión de las políticas públicas, además de los principales enfoques teóricos sobre el desarrollo regional. Los procedimientos técnicos utilizados fueron el análisis de documentos y la investigación bibliográfica. Los resultados apuntan a la no ejecución de varias acciones previstas, además de la centralización de sus acciones en la ciudad de Juiz de Fora y otros centros regionales, que, a su vez, contribuyeron al aumento de las disparidades intermunicipales. A pesar de que el Plan ha sido planificado y articulado de una manera estructurada, con el apoyo y el estímulo de todas las esferas del gobierno y del sector privado, no logró aliviar las disparidades regionales históricas como se propuso.

**Palabras-clave** | Consorcio intermunicipal; desarrollo regional; disparidades regionales; Minas Gerais; políticas públicas.

**Código JEL** | R58 Z18 Q01

## **Introdução**

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata e Campo das Vertentes foi elaborado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, por meio do convênio entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campo das Vertentes. O consórcio é composto por 21 municípios (Além Paraíba, Barbacena, Bicas, Carangola, Cataguases, Caxambu, Ibertioga, Goianá, Juiz de Fora, Lima Duarte, Maripá de Minas, Muriaé, Piraúba, Rio Novo, Rio Pomba, Santos Dumont, São João Nepomuceno, Tombos, Ubá, Viçosa e Visconde do Rio Branco) englobando uma população de 1.271.931 habitantes (IBGE, 2010). O Consórcio foi firmado entre os municípios no ano de 1998, e se desenvolveu como Política Pública tendo como principal produto a elaboração do Plano. O Plano tem como objetivo amenizar as históricas desigualdades regionais, visando o desenvolvimento relacionado ao crescimento econômico, a oferta de emprego e a melhoria da qualidade de vida.

Historicamente, a Zona da Mata Mineira já ocupou lugar de destaque no cenário econômico estadual e nacional, como por exemplo, nos ciclos de mineração, no ciclo do café e na implantação da indústria têxtil no país. Porém, frente ao cenário de declínio dos dados econômicos da região nas últimas décadas, foi criado o consórcio intermunicipal que teve como um dos seus principais objetivos a retomada do crescimento econômico dos municípios consorciados, de forma a ampliar a competitividade dos setores econômicos da região em escala local, regional e nacional alinhada à melhoria na distribuição de renda. Dessa forma, cerca de 80% dos recursos locais planejados foram direcionados a ações e projetos do eixo “Sustentabilidade Econômica e Dinamismo nos Negócios”, que visavam a adequação de infraestrutura, a modernização industrial, o fomento ao agronegócio, valorização das potencialidades turísticas e o suporte operacional a novos empreendedores (CIZMCVMG, 2002).

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável elaborado em agosto de 2001 previa a adoção de ações em tempo máximo de 10 anos. Considera-se importante avaliar os resultados das ações e projetos mediante ao objetivo do desenvolvimento regional e dos resultados da política pública.

Neste contexto, objetivo desta pesquisa é analisar os resultados concretos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata e Campos das Vertentes, por meio de análise de dados econômicos e sociais gerados pelo IBGE, verificando assim a contribuição do plano para o desenvolvimento regional.

## Referencial Teórico

A revisão da literatura foi dividida em três seções, abordando os temas políticas públicas, avaliação de políticas públicas e desenvolvimento regional. Este referencial será utilizado para contextualização da pesquisa e como base para análise dos dados coletados.

### *Política Pública*

Secchi (2013) define política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, sendo três os elementos chaves para compreender as políticas públicas: elaboração de diretriz, problema e público. A diretriz é aquilo que o Governo deseja realizar para solucionar algum tipo de problema que atinge a determinado conjunto de público. O problema pode ser entendido, como aquilo que o público deseja corrigir, melhorar ou até mesmo banir de seu convívio. E por fim o termo público define que a situação a ser analisada não deve ser individualizada e sim proposta para o coletivo.

Encontra-se um consenso de que quando há uma política pública para o desenvolvimento regional, esta tende a apontar para: a) regiões que concentram desenvolvimento ou; b) regiões economicamente e historicamente atrasadas que necessitam de um impulso para que possam se potencializar como regiões atrativas para investidores e indústrias e assim dinamizem e diversifiquem setores econômicos (HIRSCHMAN, 1958).

De acordo com Figueiredo (2009), as políticas públicas de desenvolvimento regional buscam propiciar o desenvolvimento de ações de equidade inter-regional, considerando a região como um território com escala e massa crítica de recursos suscetíveis, concebidas e implementadas a partir de um quadro estratégico de prospecção com base em um determinado território, com níveis desiguais de participação dos atores regionais e locais.

Ainda segundo o autor, as políticas públicas de desenvolvimento regional são fomentadas a partir da percepção dos desequilíbrios encontrados no nível de desenvolvimento das regiões e também de renda *per capita*.

O Quadro 1 a apresenta a tipologia de políticas públicas de desenvolvimento regional desenvolvidas por Figueiredo (2009, p. 685):

**Quadro 1 – Tipologia de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional, falhas de mercado e paradigmas de referência**

Tipologia de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional	Objetivos e natureza do papel supletivo em relação ao mercado	Paradigma – Referência
Políticas de incentivos à mobilidade de fatores, particularmente de capital de organização	Superar efeitos da Segmentação de Mercado; Remover obstáculos a livre circulação de fatores.	Princípio do nivelamento tendencial dos mercados e da mobilidade reequilibradora dos fatores em contexto de espaço homogêneo.
Políticas de promoção do bem-estar material e imaterial de territórios	Discriminação social positiva de territórios regulando e corrigindo insuficiências e lacunas de mercado em matéria de bem-estar material e imaterial	Estado Social para os territórios; A equidade como valor intrínseco do desenvolvimento regional.
Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno	Remover círculos viciosos e bloqueios à mobilização e valorização de recursos; Viabilização de externalidades de procura.	Desenvolvimento sustentável e abordagem bottom-up “Desenvolvimento Endógeno”.
Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial	Intervir no ambiente externo da competitividade das empresas.	Economia de aglomeração e conhecimento implícito; O meio (inovador) como ativo econômico intangível; Modelos de crescimento endógeno e externalidades.
Políticas de promoção da competitividade territorial	Dotação de infraestruturas produtivas; Atratividade e conectividade; Valorização das massas críticas de aglomeração urbana.	Modelo de vantagens competitivas ajustado ao território.
Políticas de robustecimento da espessura institucional	Proporcionar supletivamente capacidade de iniciativa	“Regiões que aprendem” ( <i>learning regions</i> ).

**Fonte:** adaptado de Figueiredo (2009, p. 685).

Para Figueiredo (2009), é comum a combinação de diversos tipos de políticas, atribuindo ou não a algum dos tipos considerados o *status* de política estruturante. Para o autor, o primeiro tipo de política apresentada, “mobilidade de fatores”, atua com objetivo de diminuir o custo do capital e do investimento, promovendo o deslocamento do capital para territórios com menor abundância relativa desse fator. A via utilizada para influenciar este custo de capital acontece através de incentivos fiscais ou a fundo perdido. Por sua vez, as políticas de bem-estar material e imaterial de territórios se propõem, através de ações normativas, a reduzir as assimetrias territoriais em termos de necessidades básicas, dirigindo seus

esforços em função do grau de assimetrias inter-regionais existentes. Já, as políticas de mobilização e valorização do capital endógeno, tendo como bases as abordagens *bottom-up*, buscam encontrar alternativas para a não mobilidade do capital, ainda que positivamente discriminado com incentivos fiscais e financeiros à sua mobilidade.

Ainda segundo o autor, as políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial acontecem mediante a promoção de políticas suscetíveis de influenciar positivamente o ambiente externo dinâmico das empresas e da sua competitividade. Como por exemplo, o incentivo a parques logísticos, infraestruturas em que, articuladamente com uma localização estratégica em termos de sistemas de transportes, existe uma dotação de serviços logísticos de apoio a concentrações de empresas com proximidade de utilização. No que diz respeito às políticas de promoção da competitividade territorial, o autor defende que a competitividade territorial se mostra mais complexa do que a valorização de externalidades da competitividade empresarial. Isso porque a política de promoção da competitividade territorial consiste na ideia de que o desenvolvimento constitui essencialmente uma sucessão de novos métodos de combinação de recursos, com relevo particular para o conhecimento e para a sua materialização em dispositivos organizativos.

Por fim, as políticas de robustecimento da espessura institucional refletem as chamadas *learning regions*, ou seja, regiões que acumulam experiência, conhecimento, saber-fazer para a diferenciação competitiva, seja ela a da inovação tecnológica, a do lazer, da valorização dos recursos naturais e da paisagem, etc.

### ***Avaliação de Políticas Públicas***

A avaliação de políticas públicas é parte integrante do ciclo de PP. De acordo com Anderson (1979 apud SECCHI, 2013 p. 62), a avaliação de política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou a falha de projetos que foram colocados em prática”.

Pode-se distinguir a avaliação *ex ante* da avaliação *ex post*. A diferença encontra-se no momento no qual a avaliação é conduzida. Seja ela antes da implementação da ação (*ex ante*) ou posteriormente a implementação da ação (*ex post*). Enquanto a primeira avalia a validade das propostas a serem tomadas pela administração, a segunda avalia se os resultados encontrados estão de acordo com os resultados esperados da ação (SECCHI, 2013).

Cabe ressaltar a importância da fase de avaliação da PP, visto que é neste momento possível avaliar com base em indicadores de desempenho, eficiência, economicidade, produtividade, equidade entre outros, a permanência da PP ou a adoção de estratégias para extinção da mesma (SECCHI, 2013).

Além disso, a avaliação de uma política pública pode contribuir para o aperfeiçoamento de projetos, ajustes de metas, como também para evidenciar a articulação e coordenação entre programas e indicar os estágios das parcerias entre governo central e local, e entre os setores público, privado e terceiro setor (RUA, 2009).

Uma avaliação de política pública pode ter diversos objetivos. Assim, os objetivos distinguem-se em três modalidades de avaliação: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto (CARVALHO, 2003; COSTA e CASTANHAR, 2003).

De acordo com Costa e Castanhar (2003), a avaliação de metas tem como propósito mensurar o grau de êxito que um programa alcança. Por sua vez, a avaliação de processo visa detectar defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos, além de acompanhar e avaliar a execução dos procedimentos de implantação dos programas.

Já a avaliação de impacto é “aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social” (CARVALHO, 2003 p. 186).

### ***Desenvolvimento Regional***

O debate teórico atual sobre a questão regional e urbana tem levado um retorno aos clássicos e à literatura interdisciplinar, sobre os quais várias correntes de pensamento vêm sendo estruturadas (CAMPLOINA; CROCCO, 2006).

Assim, o desenvolvimento regional pode ser analisado por diferentes abordagens teóricas, cada qual com a lente apontada para um vetor que busca explicar o desenvolvimento de uma cidade / região frente a outras.

A Teoria do Lugar Central busca explicar a relação hierárquica existente entre centros urbanos de diferentes tamanhos, pelo comércio e a prestação de serviços entre eles. Essa teoria fundamenta-se na ideia de centralidade e de hierarquia urbana na formação das áreas de mercado. Assim, a função de um centro urbano é de servir de lugar central, sendo ele o fornecedor de bens e serviços para toda a sua área de influência. Para Christaller<sup>1</sup> (1966 apud FIGUEIREDO, 2008 p. 82), os bens e serviços centrais são necessariamente produzidos e ofertados em poucos locais, para serem consumidos em diversos pontos.

Por sua vez, na Teoria dos Polos de Crescimento a região polarizada pode ser definida como uma área onde as relações econômicas internas são mais intensas que as mantidas com regiões exteriores a ela. Ela se diferencia da teoria do Lugar

---

<sup>1</sup> CHRISTÄLLER, W. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

Central que tem sua ênfase na prestação de serviços, por parte dos centros urbanos. Enquanto isso, a Teoria dos Polos de Crescimento se concentra na função indutora da indústria motriz do polo de crescimento, e nas interdependências que ela gera entre empresas compradoras e vendedoras de insumo na região polarizada ou no interior do próprio centro principal (SOUZA, 2009).

Na abordagem das Aglomerações Produtivas Locais (APL), o objetivo é a melhoria da cooperação interempresas, o aprofundamento da divisão do trabalho, a preocupação com a qualidade da produção, a introdução de inovações, dentre outras possibilidades. A ideia é que as aglomerações ao serem apoiadas e devidamente ajudadas tornem-se conjuntos econômicos sólidos (FAURÉ; HASENCLEVER, 2007).

Apesar de a Terceira Itália ser a referência dos APLs, onde pequenas e médias empresas se adaptaram a mercados imprevisíveis e competitivos, deixando de produzir em massa e passando a ofertar através de uma produção flexível (PAGANI, 2006), para Fauré e Hasenclever (2007), no Brasil as concentrações espaciais e setoriais não apresentam o mesmo grau avançado de especialização e cooperação que os distritos industriais da Terceira Itália.

Por fim, a ideia central do Desenvolvimento Local Endógeno é a de que a inovação não é mais produto exclusivo do empresário individual, mas de um conjunto de atores ligados ao setor produtivo ao meio local, envolvendo diferentes agentes ligados a diferentes instituições. Dessa forma, os governos locais e a comunidade também adquirem um papel chave na definição e na execução da política de desenvolvimento, intervindo de forma decisiva na reestruturação do sistema produtivo (BARQUERO, 1995).

## **Método**

Segundo a classificação de Gil (2002), este trabalho é de natureza aplicada, com uma abordagem predominantemente qualitativa. Quanto aos fins, ela se estabelece como uma pesquisa exploratória descritiva e quanto aos meios como uma pesquisa documental e estudo de caso. Segundo o autor, as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Quanto aos procedimentos técnicos, foi realizada uma revisão da literatura dos temas relacionados ao objeto de pesquisa: políticas públicas e desenvolvimento regional. Este também é um estudo de caso que para Yin (2004, p. 32), é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas.



A coleta de dados ocorreu por meio da análise documental do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata e Campo das Vertentes. Este documento contém todas as ações que o Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes se propôs a realizar no horizonte temporal de 10 anos. De posse dessas informações verificou-se quais foram efetivamente concluídas.

Para análise das ações desenvolvidas pelo Plano foram utilizados dados dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 2000 e 2010, além da Estimativa Populacional do IBGE no ano de 2014, e de Pesquisas Econômicas do ano de 2012 do mesmo órgão, com o objetivo de realizar uma comparação e verificar os resultados do plano enquanto instrumento de desenvolvimento regional.

Também se utilizou de métodos de estatística descritiva simples, para realizar comparações entre dados populacionais e econômicos, extraídos de bancos de dados públicos do IBGE, tendo como objetivo a verificação da efetividade do Plano.

## **Apresentação dos Resultados**

### ***Caracterização do Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes***

Um dos principais pontos de caracterização do Consórcio é de que ele é composto por três diferentes mesorregiões mineiras (a maioria dos municípios pertence à Zona da Mata, com exceção dos municípios de Barbacena e Caxambu, que pertencem a Campos das Vertentes e Sul, respectivamente). Dessa forma, os 21 municípios (Figura 1) apresentam diferenças quanto à geografia, relevo, economia, densidade demográfica, cultura e etc.



(UFJF) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV), Institutos Federais, Colégios de Aplicação e diversos centros de ensinos particulares.

Por sua vez, a Mesorregião Campo das Vertentes, também conhecida como Campos da Mantiqueira, de forma análoga a Zona da Mata, recebeu o nome em função do relevo. A região se localiza no domínio morfoclimático Mares de Morros, no sopé da Serra da Mantiqueira. Observam-se no Campo das Vertentes, as nascentes de rios que contribuem para a formação de três importantes bacias hidrográficas, a saber, do Paraíba do Sul, São Francisco e Paraná. No aspecto econômico destaca-se a pecuária e a instalação de laticínios ao longo dos municípios. Os polos microrregionais são: São João Del Rei, Lavras e Barbacena, onde se concentram as atividades de comércio e serviços.

Nessas cidades também se concentram os serviços educacionais: a Universidade Federal de Lavras (UFLA), a Universidade Federal de São João Del Rei UFSJ em e a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr) em Barbacena. Em termos de produção industrial há destaque para a metalurgia, tecelagem indústrias alimentícias, sendo Lavras um importante pólo industrial. No período da exploração aurífera a região passou por um grande crescimento populacional e econômico, inclusive com grande diversificação dos setores produtivos e da produção agrícola.

Por fim, a Mesorregião Sul, tem como representante no Consórcio somente o município de Caxambu. A cidade é um reconhecido ponto turístico mineiro, compondo o Circuito das Águas e sendo uma importância estância hidromineral. A adesão ao consórcio teve como objetivo a adoção de ações para potencializar o turismo regional e nacional (CIZMCVMG, 2002).

As mesorregiões do consórcio são servidas por importantes rodovias federais, dentre elas: BR-040 (Brasília – Belo Horizonte – Rio de Janeiro), BR-116 (Fortaleza/CE – Jaraguão/RS), BR-262 (Vitória/ES – Corumbá/MS), BR-267 (Leopoldina/MG – Porto Murtinho/RS). Devido a esta vasta malha rodoviária, de elevada densidade e de amplo acesso, diversas ações do plano estratégico foram centradas no eixo das rodovias.

### ***Projetos do Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes / MG***

O Plano Sustentável de Desenvolvimento Estratégico da Zona da Mata e Campo das Vertentes foi dividido em quatro eixos estratégicos: Sustentabilidade Econômica e Dinamismo nos Negócios, Informação e Conhecimento, Modernização da Administração Pública e Sustentabilidade Ambiental. Destaca-se o primeiro eixo, pois 80,2% do orçamento local planejado do plano foram direcionados para este eixo.

O objetivo do eixo Sustentabilidade Econômica e Dinamismo nos Negócios é apresentado no Plano da seguinte forma:

Propiciar um ambiente em que os empreendimentos possam se desenvolver em toda a sua capacidade explorando as vocações e potencialidades presentes na região, dotando as instituições locais de condições de intervenção, adequando a infra-estrutura, criando programas de fomento à indústria, ao agronegócio e ao turismo, priorizando programas e ações com efeito multiplicador (CIZMCVMG, 2002).

Desta forma, as ações voltadas para atingir o objetivo deste eixo foram subdivididas em cinco macro-objetivos: fomento ao agronegócio, modernização industrial, obras de infraestrutura, potencialidades turísticas e suporte para novos empreendimentos.

Principal macro objetivo do Plano, o Fomento ao Agronegócio contou com 53,2% do orçamento do eixo. Dessa forma, o Plano buscou melhorar a exploração das potencialidades típicas da área, além de potencializar a presença dos produtos da região nos mercados do Sudeste. Assim, foram planejados oito grandes programas na temática do agronegócio: apoio a cadeia agroalimentar do leite; desenvolvimento da produção da cachaça de Minas de Qualidade; melhoria da infraestrutura e da tecnologia da produção de frutas tropicais; suporte à melhoria da horticultura; suporte à produção do café de qualidade; desenvolvimento da apicultura; integração avicultura / agricultura; e organização e estruturação da floricultura.

Tendo como objetivo melhorar a competitividade dos setores tradicionais da indústria da região: móveis / madeira, têxtil / confecções, o macro objetivo de Modernização Industrial contou com 17,9% do orçamento do eixo. Com isso, planejou programas em duas grandes frentes: suporte à implantação de sistema integrado de produção de móveis; e suporte ao desenvolvimento do *cluster* de moda na Zona da Mata.

Por sua vez, os projetos de obras de infraestrutura tiveram como objetivo adequar a região às exigências de um novo padrão de crescimento das atividades produtivas e do turismo. Os programas desenvolvidos neste macro objetivo ficaram a cargo do governo estadual e federal, tendo para isso um orçamento próprio. Podem-se elencar os seguintes programas planejados para este macro objetivo: expansão da eletrificação rural; melhoria e expansão das telecomunicações; modernização da malha rodoviária; modernização do aeroporto de Juiz de Fora; e a construção do aeroporto regional em Goianá.

Já os programas apontados para a área turística foram a implementação de nove circuitos turísticos; e a construção do Centro Regional de Convenções e

Exposições (CONEX). Dessa forma, o plano buscou valorizar as potencialidades turísticas da região e, além disso, estabelecer a indústria do turismo como atividade complementar, geradora de emprego e renda também nas áreas economicamente deprimidas. Este macro objetivo contou com 6,1% do orçamento do eixo.

Por fim, com 22,8% do orçamento do eixo, o macro objetivo de Suporte aos Novos Empreendimentos se caracterizou pela oferta de suporte financeiro e técnico-operacional, sobretudo em projetos promovidos por jovens empreendedores na área de tecnologia avançada. Para isso, contou com dois programas: Suporte a um sistema de incubação de empresas; e Criação de uma companhia de “*Venture Capital*”.

Pode-se também, relacionar cada um dos Programas estipulados pelo Plano com as Tipologias de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional apresentadas por Antônio Figueiredo na revisão teórica.

Para Figueiredo (2009), as tipologias apresentadas não são excludentes entre si, e por muitas vezes é possível a coexistência de diversas tipologias dentro da mesma ação de política pública. No entanto, segundo o autor, haverá sempre a atribuição a uma tipologia como o status de política estruturante.

Dessa forma, observa-se no Quadro 2, a relação dos programas apresentados pelo Plano com a relação predominante de sua tipologia. Os Programas contemplaram todas as tipologias, com destaque para a tipologia de Políticas de Mobilização e Valorização do Capital Endógeno, que permearam a maioria dos Programas. Com isso, se reforça a evidência do Plano em “propiciar um ambiente em que os empreendimentos possam se desenvolver em toda a sua capacidade explorando as vocações e potencialidades presentes na região.” (CIZMCMVG, 2002).

Outra tipologia que permeou os Programas foi a de Políticas de Promoção e Valorização de Externalidades da Competitividade Empresarial. Isso aconteceu devido à influência que macro-objetivo de Implementação das Obras Infraestruturais exerce nos outros macro-objetivos do Plano.

**Quadro 2 – Relação entre os Programas do Plano com a Tipologia de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional**

Macros-objetivos do Plano	Programas	Tipologias de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional
Fomento ao Agronegócio	Apoio à cadeia agroalimentar do leite	Políticas de incentivos à mobilidade de fatores, particularmente de capital de organização
	Desenvolvimento da produção da Cachaça de Minas de Qualidade	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
	Melhoria da infraestrutura e da tecnologia da produção de frutas tropicais	Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial
	Suporte à melhoria da horticultura	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
	Suporte à produção do café de qualidade	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
	Desenvolvimento da apicultura	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
	Integração avicultura / agricultura	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
	Organização e estruturação da floricultura	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
Apoio à Modernização dos Setores Industriais	Suporte à implantação de sistema integrado de produção de móveis	Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial
	Suporte ao desenvolvimento do <i>cluster</i> de moda na Zona da Mata	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
Implementação das Obras Infraestruturais	Expansão da eletrificação rural	Políticas de promoção do bem-estar material e imaterial de territórios
	Melhoria e expansão das telecomunicações	Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial
	Modernização da malha rodoviária	Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial
	Modernização do aeroporto de Juiz de Fora	Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial
	Construção do aeroporto regional em Goianá	Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial
Valorização das Potencialidades Turísticas	Implementação de nove circuitos turísticos	Políticas de mobilização e valorização do capital endógeno
	Construção do Centro Regional de Convenções e Exposições (CONEX)	Políticas de promoção da competitividade territorial
Suporte a Novos Empreendimentos	Suporte a um sistema de incubação de empresas	Políticas de robustecimento da espessura institucional
	Criação de uma companhia de “ <i>Venture Capital</i> ”	Políticas de incentivos à mobilidade de fatores, particularmente de capital de organização

Fonte: adaptado de Figueiredo (2009).

De acordo com a Tipologia desenvolvida por Figueiredo (2009), nos projetos desenvolvidos houve a predominância das políticas de mobilização e valorização do capital endógeno e das Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial.

### ***Avaliação do Consórcio Intermunicipal da Zona da Mata e Campos das Vertentes***

Um dos principais desafios do Consórcio foi amenizar as históricas desigualdades regionais, conjugando o desenvolvimento econômico pautado na qualidade de vida e com preocupação ambiental. A região é composta por cidades médias, que atuam como lugares centrais, como é o caso de Barbacena, Viçosa, Muriaé e Juiz de Fora, bem como pequenas cidades, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Representação da população e evolução do IDH-M nos municípios consorciados**

Municípios	População 2000	População 2014	Evolução % da pop.	% pop. 2000	% pop. 2014	Diferença Participação % Pop.	IDH-M 2000	IDH-M 2010	Evolução IDH-M	Evolução % IDH-M
Além Paraíba	33.610	35.641	6,04%	2,90%	2,64%	-0,26%	0,650	0,726	0,076	11,69%
Barbacena	114.126	133.972	17,39%	9,90%	9,94%	0,04%	0,664	0,769	0,105	15,81%
Bicas	12.793	14.342	12,11%	1,10%	1,06%	-0,04%	0,673	0,744	0,071	10,55%
Carangola	31.921	33.412	4,67%	2,80%	2,48%	-0,32%	0,637	0,695	0,058	9,11%
Cataguases	63.980	73.712	15,21%	5,60%	5,47%	-0,13%	0,659	0,751	0,092	13,96%
Caxambu	22.129	22.244	0,52%	1,90%	1,65%	-0,25%	0,649	0,743	0,094	14,48%
Ibertioga	5.140	5.159	0,37%	0,30%	0,38%	0,08%	0,525	0,657	0,132	25,14%
Goianá	3.323	3.876	16,64%	0,50%	0,29%	-0,21%	0,612	0,716	0,104	16,99%
Juiz de Fora	456.796	550.710	20,56%	39,10%	40,86%	1,76%	0,703	0,778	0,075	10,67%
Lima Duarte	15.708	16.786	6,86%	1,40%	1,25%	-0,15%	0,584	0,710	0,126	21,58%
Maripá de Minas	2.594	2.934	13,11%	0,20%	0,22%	0,02	0,567	0,680	0,113	19,93%
Muriaé	92.101	106.576	15,72%	8%	7,91%	-0,09%	0,635	0,734	0,099	15,59%
Piraúba	11.140	11.112	-0,25%	1%	0,82%	-0,18%	0,598	0,684	0,086	14,38%
Rio Novo	8.550	9.032	5,64%	0,80%	0,67%	-0,13%	0,637	0,707	0,07	10,99%
Rio Pomba	16.359	17.872	9,25%	1,40%	1,33%	-0,07%	0,617	0,714	0,097	15,72%
Santos Dumont	46.789	47.558	1,64%	4,10%	3,53%	-0,57%	0,640	0,741	0,101	15,78%
São João Nepomuceno	23.786	26.227	10,26%	2,10%	1,95%	-0,15%	0,614	0,708	0,094	15,31%
Tombos	11.652	9.174	-21,27%	1%	0,68%	-0,32%	0,606	0,718	0,112	18,48%
Ubá	85.065	109.779	29,05%	7,50%	8,15%	0,65%	0,628	0,724	0,096	15,29%
Viçosa	64.854	76.745	18,34%	5,70%	5,69%	-0,01%	0,677	0,775	0,098	14,48%
Visconde do Rio Branco	32.598	40.778	25,09%	2,90%	3,03%	0,13%	0,559	0,709	0,150	26,83%
<b>Consórcio Intermunicipal</b>	<b>1.155.014</b>	<b>1.347.641</b>	<b>16,68%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	<b>0,625</b>	<b>0,723</b>	<b>0,098</b>	<b>15,68%</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>17.891.494</b>	<b>20.734.097</b>	<b>15,89%</b>	-	-	-	<b>0,624</b>	<b>0,731</b>	<b>0,107</b>	<b>17,15%</b>
<b>Brasil</b>	<b>169.799.170</b>	<b>202.768.562</b>	<b>19,43%</b>	-	-	-	<b>0,612</b>	<b>0,727</b>	<b>0,115</b>	<b>18,79%</b>

Fonte: adaptado de IBGE (2015).

Juiz de Fora ocupa a posição de Metrópole regional, concentrando a maior diversificação industrial, comercial e de serviços da região. Além disso, observa-se que Juiz de Fora concentra mais 40% da população do Consórcio e que a sua participação relativa aumentou entre 2000 e 2014. Já, para a maior parte dos outros municípios do consórcio a participação relativa ou ficou quase que estagnada ou apresentou redução (destaque negativo para Santos Dumont com a maior redução relativa).

Outro dado evidenciado na Tabela 1 é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que é composto de uma média sobre educação, saúde e renda em uma determinada unidade territorial. Para ser considerado alto, o IDH-M deve atingir um valor superior a 0,800 (valores não encontrados para os municípios do Consórcio). Todos os outros municípios do consórcio apresentam resultados considerados médios, no intervalo de 0,500 a 0,799. Vale a pena ressaltar a melhora em 100% dos municípios dos valores encontrados para o IDH-M, com destaque para Visconde do Rio Branco que apresentou o maior aumento relativo. Porém, a melhora observada em grande parte dos municípios consorciados ficou abaixo do crescimento do estado de Minas Gerais e do Brasil para o mesmo período analisado. Somente os municípios de Ibertioga, Lima Duarte, Maripá de Minas e Visconde do Rio Branco tiveram uma melhora no IDH-M maiores do que os avanços encontrados no estado e no país, neste intervalo de dez anos de análise.

Já, através da Tabela 2, observa-se que o quesito econômico segue a mesma convergência da concentração populacional, visto que em 2012 Juiz de Fora detinha mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 10.078.403,00 e, juntamente com Barbacena, Cataguases, Muriaé, Ubá e Viçosa concentravam mais de 82% do PIB dos municípios pertencentes ao Consórcio. Destaca-se também que as cidades de Ubá, Viçosa e Visconde do Rio Branco obtiveram uma evolução do resultado do PIB superiores ao encontrados para o estado de Minas Gerais e também para o Brasil, no período analisado.



**Tabela 2 - Evolução do PIB *per capita* nos municípios consorciados**

Municípios	PIB 2000 (Mil Reais)	PIB 2012 (Mil Reais)	Evolução % PIB	PIB 1997 <i>per capita</i> (Mil Reais) <sup>1</sup>	PIB 2012 <i>per capita</i> (Mil Reais)	Evolução % PIB <i>per capita</i>
Além Paraíba	R\$ 248.349,00	R\$ 708.485,00	185,28%	R\$ 4,13	R\$ 20,55	397,58%
Barbacena	R\$ 576.320,00	R\$ 1.686.415,00	192,62%	R\$ 4,53	R\$ 13,16	190,51%
Bicas	R\$ 43.560,00	R\$ 144.079,00	230,76%	R\$ 3,76	R\$ 10,45	177,93%
Carangola	R\$ 104.865,00	R\$ 325.678,00	210,57%	R\$ 3,33	R\$ 10,06	202,10%
Cataguases	R\$ 305.408,00	R\$ 991.343,00	224,60%	R\$ 4,30	R\$ 14,03	226,28%
Caxambu	R\$ 74.213,00	R\$ 212.406,00	186,21%	R\$ 3,50	R\$ 9,80	180,00%
Ibertioga	R\$ 14.262,00	R\$ 49.512,00	247,16%	R\$ 2,19	R\$ 9,80	347,49%
Goianá	R\$ 9.393,00	R\$ 36.464,00	288,20%	R\$ 2,08	R\$ 9,82	372,12%
Juiz de Fora	R\$ 3.191.371,00	R\$ 10.078.403,00	215,80%	R\$ 6,09	R\$ 19,18	214,94%
Lima Duarte	R\$ 46.555,00	R\$ 162.683,00	249,44%	R\$ 3,80	R\$ 10,03	163,95%
Maripá de Minas	R\$ 7.940,00	R\$ 26.384,00	232,29%	R\$ 2,26	R\$ 9,32	312,39%
Muriae	R\$ 336.262,00	R\$ 1.274.794,00	279,11%	R\$ 3,27	R\$ 12,48	281,65%
Piraúba	R\$ 26.395,00	R\$ 89.965,00	240,84%	R\$ 1,76	R\$ 8,31	372,16%
Rio Novo	R\$ 23.830,00	R\$ 73.609,00	208,89%	R\$ 2,65	R\$ 8,42	217,74%
Rio Pomba	R\$ 48.844,00	R\$ 190.301,00	289,61%	R\$ 2,57	R\$ 11,04	329,57%
Santos Dumont	R\$ 221.922,00	R\$ 557.653,00	151,28%	R\$ 4,69	R\$ 12,08	157,57%
São João Nepomuceno	R\$ 77.985,00	R\$ 247.272,00	217,08%	R\$ 2,93	R\$ 9,79	234,13%
Tombos	R\$ 27.173,00	R\$ 82.046,00	201,94%	R\$ 2,84	R\$ 8,90	213,38%
Ubá	R\$ 361.331,00	R\$ 1.545.405,00	327,70%	R\$ 4,18	R\$ 21,68	418,66%
Viçosa	R\$ 211.511,00	R\$ 895.426,00	323,35%	R\$ 3,21	R\$ 12,21	280,37%
Visconde do Rio Branco	R\$ 166.199,00	R\$ 695.601,00	318,54%	R\$ 3,49	R\$ 17,95	414,33%
<b>Total Consórcio/ Média</b>	<b>R\$ 6.123.688,00</b>	<b>R\$ 20.073.924,00</b>	<b>227,81%</b>	<b>R\$ 3,41</b>	<b>R\$ 12,34</b>	<b>261,88%</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>R\$ 100.612.293,00</b>	<b>R\$403.551.317,00</b>	<b>301,10%</b>	<b>R\$13,88</b>	<b>R\$20,99</b>	<b>51,22%</b>
<b>Brasil</b>	<b>R\$ 1.202.377.000,00</b>	<b>R\$4.392.093.997,00</b>	<b>265,28%</b>	<b>R\$8,53</b>	<b>R\$22,64</b>	<b>165,42%</b>

Fonte: adaptado de IBGE (2015). <sup>1</sup> Dados da Fundação João Pinheiro

A análise da evolução do PIB *per capita* demonstra que houve uma significativa evolução da renda *per capita* nos municípios consorciados, quando comparados com o Brasil e o estado de Minas Gerais. Destaque positivo para os avanços de Ubá e Visconde do Rio Branco, que melhoraram em mais de 400% o PIB *per capita*, no período analisado. Por sua vez, entre as cidades consorciadas, somente as cidades de Lima Duarte e Santos Dumont tiveram uma evolução do PIB *per capita* inferior a registrada no Brasil.

Não se pode afirmar que a melhoria dos indicadores se dá por conta exclusivamente das ações executadas pelo Plano, mas é válido dizer que os Programas desenvolvidos auxiliaram sim as melhorias nos indicadores.

Contudo, mesmo com tal evolução, os municípios consorciados ainda obtiveram indicadores muito aquém da realidade do estado de Minas Gerais e do Brasil. Desses, apenas o município de Ubá superou o PIB *per capita* estadual em 2012 e nenhum município superou os resultados encontrados para o Brasil no mesmo ano. Observa-se que a média do PIB *per capita* em 1997 dos municípios pertencentes ao consórcio era cerca de 40% menor do que no Brasil e 75% menor do que no Estado. Em 2012, tais diferenças chegaram em 45% e 41% respectivamente. Portanto, pelo menos nesse quesito, a realidade dos municípios consorciados não se alterou significativamente.

No que diz respeito às ações elencadas do eixo “Sustentabilidade Econômica e Dinamismo nos Negócios” no macro-objetivo do Fomento ao Agronegócio destaca-se os Programas relacionados ao desenvolvimento da produção da cachaça de Minas de qualidade e ao suporte à produção do café de qualidade como aqueles que obtiveram uma maior aceitação da população e retorno dos resultados alcançados. Destaca-se o aumento do número de certificações de qualidade das cachaças da região<sup>2</sup>.

O “Programa para Desenvolvimento do Cluster da Moda” foi bem recebido na Microrregião de Muriaé. Tendo alcançado vários dos resultados esperados pelo Plano, como por exemplo, o aumento significativo na competitividade das empresas e sua participação no mercado internacional.

Observa-se também a reestruturação e manutenção da ampla malha viária da região. Tendo como destaque a duplicação da BR-040<sup>3</sup>, com a estruturação dos acessos Norte e Sul à cidade de Juiz de Fora. Tal área atraiu investimentos públicos e privados e acabou por resultar em uma expansão urbana. A manutenção da BR-116 e BR-267 contribuíram para um melhor escoamento de produção e tráfego de veículos, contudo o investimento nessas rodovias foi menor do que o necessário.

---

<sup>2</sup> Como divulgado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA em: <http://goo.gl/lc1fH9>.

<sup>3</sup> Como noticiado em: <http://goo.gl/kp6JRX>.

O sistema aeroviário da região foi estruturado com a modernização do Aeroporto de Juiz de Fora e pela inauguração em 2011 do Aeroporto Regional da Zona da Mata (IZA), entre os municípios de Goianá e Rio Novo. O aeroporto IZA atende principalmente as cidades pólos da região, tais como: Juiz de Fora (45 Km de distância), Ubá (65 Km) e Cataguases (75 Km). O aeroporto teve suas atividades suspensas em 2013 devido à ausência voos para operação. Ele retornou suas operações em março de 2014, porém no momento só existem voos para Belo Horizonte e Campinas. Cabe ressaltar que os demais aeroportos do consórcio localizados em Ubá e Muriaé não sofreram obras de melhorias, sendo utilizados apenas para voos privados e de pequeno porte.

No que diz respeito aos “Circuitos Turísticos”, vale destacar o Caminho Novo das Minas (Estrada Real) e a Serra de Ibitipoca como os dois expoentes da região. Eles foram os circuitos que mais se estruturaram para o desenvolvimento da indústria do turismo e sua consequente geração de emprego e renda.

Considerado uma das maiores obras do plano, o Centro de Convenções (CONEX) inaugurado em Juiz de Fora em 2006, tornou-se um “elefante branco”. Ele tinha como objetivo concentrar diversos eventos, e assim potencializar as transações comerciais e o fluxo de visitantes na região. Porém, nunca teve um funcionamento efetivo. Essa foi uma das ações do Plano que não obtiveram resultados favoráveis.

Por fim, no que se refere às ações do macro objetivo “Suporte a Novos Empreendimentos”, não foram encontrados resultados para os dois programas elencados: suporte às incubadoras e a criação da *Venture Capital* denominada MATAFINSA.

## **Considerações Finais**

Questionado desde a sua elaboração, por ter sido elaborado pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes não alcançou os resultados esperados.

O plano tinha como principal objetivo amenizar as históricas desigualdades regionais, visando o desenvolvimento relacionado ao crescimento econômico, a oferta de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Ele pecou ao centralizar suas ações na cidade de Juiz de Fora e nos outros polos regionais, visto que as ações serviram principalmente para reafirmar tais cidades nas suas posições de influência dentro da região. Houve sim melhoria de algumas condições nas cidades da região, mas nada que alterasse o cenário social-econômico da população.

Destaca-se o fortalecimento do Polo Moveleiro de Ubá, com peso muito maior para a competência endógena do que para as ações previstas no Plano (no que diz respeito ao Programa Suporte à implantação de sistema integrado de produção de

móveis), que conseguiu se firmar no cenário nacional e que hoje se tornou uma das principais vitrines da região<sup>4</sup>.

O plano enquanto política pública para o desenvolvimento regional não cumpriu com o seu objetivo, deixando a desejar nas ações efetivamente concretizadas. Além disso, muitas das ações previstas para serem realizadas até o ano de 2010 não saíram do papel, foram abandonadas ou não estão concluídas até hoje, meados de 2015.

Outras por sua vez, apesar de concluídas estão sub-aproveitadas, nos dias atuais, como por exemplo, o Aeroporto Regional e o CONEX. Dessa forma, pode-se questionar a real validade dos programas apresentados e/ou a capacidade do Plano em ler a realidade da região e apresentar soluções efetivas.

Apesar de no Plano ter havido a predominância das políticas de mobilização e valorização do capital endógeno, um dos elementos que devem ser repensados para projetos semelhantes de desenvolvimento regional é a efetiva participação dos atores locais, deixando de ser somente executores das políticas, mas contribuindo também para a identificação dos problemas e indicação de alternativas de solução para que se tenha um desenvolvimento local e regional efetivo, com avanço dos indicadores econômicos e sociais disseminados por todos os municípios da região.

## Referências

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 16, 1995.

CARVALHO, S. N. **Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ZONA DA MATA E CAMPOS DAS VERTENTES DE MINAS GERAIS - CIZMCVMG. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável**. Juiz de Fora: 2002.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. (Org.) **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

---

<sup>4</sup> Para mais informações sobre a potencialidade do Polo Moveleiro de Ubá acessar: <http://www.intersind.com.br>.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

FAURÉ, Y.A.; HASENCLEVER, L. (Org.). **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências.** Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

FIGUEIREDO, A. M. **As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional** IN: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Org.). **Compêndio de Economia Regional: Teoria, Temáticas e Políticas.** v. 1. Coimbra: Principia, 2008.

FIGUEIREDO, A. T. L. **Uma abordagem pós-keynesiana para a teoria da localização: análise da moeda como fator determinante na escolha locacional das empresas.** 2008. 163f. Tese (Doutorado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009

GERALDO, W. M. J. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na “Cidade Alta” de Juiz de Fora – MG.** 2011 125f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRSCHMAN, A. **Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico.** 1958 IN: SCHUWARTZMAN, J. (Org.) **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010.** Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 01 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang>. Acesso em: 29 mai. 2015.

PAGANI, R. N. **Análise da Aglomeração Produtiva do Setor de Móveis de Metal e Sistemas de Armazenagem e Logística de Ponta Grossa – PR.** 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2006.

RUA, M. G. **Políticas Públicas.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de Análises e casos práticos.** 2ª Edição. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Regional.** São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Endereço para correspondência:

*Raphael Campana Marinho* – raphael.marinho@ifsudestemg.edu.br  
Av. Cel. Monteiro de Castro, 550  
36.884-036 Muriaé/MG, Brasil

*André Ferreira* – andref@id.uff.br  
Rua Miguel de Frias, 9  
24.220-900 Niterói/RJ, Brasil